



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 8E5D2-2AA7A-66435



Acórdão 00362/2023-1 - 2ª Câmara

Processo: 05506/2022-8

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Exercício: 2021

UG: CMM - Câmara Municipal de Marilândia

Relator: Domingos Augusto Taufner

Responsável: DOUGLAS BADIANI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – CONTAS DE GESTÃO – REGULAR .

As contas serão julgadas regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis

e a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a efetividade e a razoabilidade dos atos de gestão do responsável, nos termos do art. 84, inciso I, da Lei Complementar 621/2012.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:

1 RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas Anual de Ordenador da Câmara Municipal de Marilândia, referente ao exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do Sr. Douglas Badiani.

O Núcleo de Controle Externo de Contabilidade – NCONTAS elaborou o Relatório Técnico RT 00399/2022-4 acompanhado pela Instrução Técnica Conclusiva – ITC 04174/2022-6, opinando pela regularidade das contas, nos seguintes termos:

9. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual analisada refletiu a conduta do presidente da Câmara Municipal de Marilândia, sob a responsabilidade de DOUGLAS BADIANI, em suas funções como ordenadores de despesas, no exercício de 2021.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pelo julgamento **regular** da prestação de contas sob a responsabilidade de DOUGLAS BADIANI, no exercício de 2021, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas, em Parecer da lavra do Procurador de Contas, Dr. Luciano Vieira, anuiu aos argumentos fáticos e jurídicos delineados pela Área Técnica, pugnando pelo julgamento **regular** da prestação de contas.

É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES tem suas competências previstas nos artigos 31, § 1º, 71 a 75, da Constituição Federal; nos artigos 71 a 75 da Constituição Estadual; e na Lei Complementar nº 621/2012 – Lei Orgânica do TCEES, de forma que, dentre as competências a ele atribuídas, destaca-se a avaliação dos atos de gestão dos ordenadores de despesas e administradores públicos em geral, refletido nos resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, traduzidos nas contas anuais por ele prestadas, com o conseqüente julgamento pela regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas.

Compulsando detidamente os autos, observo que o feito se encontra devidamente instruído, considerando o atendimento a todos os trâmites legais e regimentais, bem como aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, havendo, assim, aptidão ao julgamento de mérito.

1. QUADRO DE PESSOAL

O esquema à seguir demonstra a evolução do quadro de pessoal no final do exercício em análise em comparação com o exercício anterior:

Servidores	Exercício anterior	Exercício atual	Variação (%)
Efetivos	6	6	0,00%
Temporários	0	0	0,00%
Comissionados	5	5	0,00%
Agentes Políticos	10	9	-10,00%
Demais Vínculos	0	0	0,00%
Total	21	20	4,76%

2. FORMALIZAÇÃO – CUMPRIMENTO DE PRAZO

A referida Prestação de Contas foi recebida e protocolada nesta Corte de Contas em 31 de março de 2022 por meio do Sistema CidadES, ou seja, tempestivamente, de acordo com o art. 168 da Resolução TCEES nº 261/2013.

Cumprе ressaltar terem sido analisadas pelo Corpo Técnico desta Corte de Contas as peças contábeis integrantes da PCA (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais), apresentadas nos moldes da Instrução Normativa TC 28/2013¹.

3. ANÁLISE DE CONFORMIDADE CONTÁBIL

Os pontos de controle avaliados através dos dados disponibilizados pelo sistema CidadES tendo sido analisados o Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

1.1.1 Da Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (3.1.1); Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial (3.1.2); e Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores (3.1.3), verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, de acordo com o método das partidas dobradas.

4. GESTÃO PÚBLICA

A **execução orçamentária** da Câmara Municipal de Marilândia correspondeu ao valor de R\$ 1.463.501,66, representando 83,15% da dotação atualizada de R\$ 1.760.000,00. Houve abertura de créditos adicionais no total de R\$ 5.000,00, porém, sem constituir alteração na dotação inicial.

Da análise do **balancete de execução orçamentária** verifica-se que não houve a realização de despesas ou a assunção de obrigações que excedessem os créditos orçamentários ou adicionais. Ao examinar a despesa empenhada na rubrica de despesas de exercícios anteriores, no exercício de 2022, não se verificou evidências de execução de despesa sem prévio empenho.

¹ Disponível em <<https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/028-2013-Composi%C3%A7%C3%A3o-da-PCA.pdf>>

A **execução financeira**, que consiste na execução das receitas e das despesas orçamentárias, assim como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentários, evidencia saldo para o exercício seguinte de **R\$ 266.556,81**, conforme se extrai da síntese do Balanço Financeiro.

No que concerne à **análise das disponibilidades e conciliação bancária**, no encerramento do exercício de 2021, observou-se que as demonstrações contábeis refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários.

A movimentação de **restos a pagar** apresentou saldo final do exercício de não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00, não processados em liquidação no valor de R\$ 0,00 e processados de montante R\$ 0,00, totalizando R\$ 0,00.

Em relação ao **resultado financeiro**, o Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei 4.320/1964 do Balanço Patrimonial e no Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro, não evidenciou desequilíbrio financeiro por fontes de recursos ou na totalidade.

Na **execução patrimonial**, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciou resultado patrimonial superavitário, o que resultou em saldo positivo para o patrimônio da entidade que apresentou resultado patrimonial de R\$ 123.204,17.

Quanto aos **registros patrimoniais de bens móveis, imóveis, bens em estoque e intangíveis**, não se verificou divergências.

Descrição	Balanço Patrimonial (a)	Inventário (b)	Diferença (a-b)
Bens em Almojarifado (Estoques)	13.381,51	13.381,51	0,00
Bens Móveis	221.805,46	221.805,46	0,00
Bens Imóveis	47.604,20	47.604,20	0,00
Bens Intangíveis	12.404,00	12.404,00	0,00

No que concerne ao **recolhimento de contribuições previdenciárias patronal e de servidor** devidas ao RPPS e RGPS, estas foram 100% registradas e recolhidas.

Em relação às **contribuições previdenciárias do RPPS referentes tanto à parte patronal como as do servidor**, pontua-se que os valores registrados pela unidade gestora, no decorrer do exercício em estudo, representaram 0,00% dos valores devidos, sendo considerados como Não Aplicável para fins de análise das contas.

Com fundamento nos valores demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na Demonstração das Variações Patrimoniais, no Demonstrativo da Dívida Fundada e no Balanço Patrimonial do exercício em análise, avaliou-se o **comportamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários**, tendo sido constatada a inexistência de parcelamentos de débitos com autarquias previdenciárias.

1.1.2 Quanto ao **reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do ativo imobilizado, do intangível e as respectivas depreciação, amortização ou exaustão**, estes estão devidamente evidenciados de acordo com a análise da movimentação das contas nos demonstrativos contábeis, ocorrendo o mesmo com o **reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados**.

5. LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

A Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada do município no exercício em análise totalizou R\$ 49.515.966,35, enquanto as despesas com pessoal executadas pelo Poder Legislativo perfizeram o montante de R\$ 1.212.468,26, atingindo 2,45% da receita corrente líquida ajustada, cumprindo o limite máximo de despesa com pessoal do Poder Legislativo.

Com base no arquivo PESS, o Chefe do Poder Legislativo da Câmara de Marilândia no exercício analisado declarou não ter expedido ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, em acordo com o art. 21, I, da LRF e o art. 8º da LC 173/2020.

Sob o aspecto estritamente fiscal, constatou-se que em 31/12/2021 o Poder Legislativo de Marilândia possuía liquidez para arcar com seus compromissos financeiros, cumprindo a disposição legal do art. 1º, § 1º, da LRF.

O **gasto individual com subsídio dos vereadores** cumpriu o limite estabelecido pela Constituição Federal, sendo este de R\$ 7.596,68, e também aquele ajustado pela Lei Municipal, sendo que a Lei nº 1.012/2011 fixou os subsídios em R\$ 5.400,00 mensais para os Agentes Políticos do Poder Legislativo. Após a a devida revisão anual diante das Leis Municipais 1.403 e 1.434, ambas de 2018, e a Lei 1.485/2019 que concederam revisão geral anual para todos os servidores públicos municipais, verifica-se que em 2020 e em 2021 os subsídios dos Agentes Políticos do Poder Legislativo corresponderam a R\$ 5.921,96, estando dentro dos limites estabelecidos tanto pela Constituição Federal como pela Lei Municipal.

Constatou-se que **as despesas totais com pagamento dos subsídios dos vereadores** alcançaram R\$ 639.571,68, correspondendo a 1,23% da receita total do município, dentro do limite de 5% estabelecido pelo artigo 29, inciso VII, da Constituição da República.

O duodécimo recebido no exercício correspondeu ao valor de R\$ 1.760.000,00, sendo que as despesas com folha de pagamento (R\$ 1.010.255,32) estão abaixo do limite máximo permitido (R\$ 1.232.000,00) de 70% da sua receita, em acordo com o artigo 29-A, § 1º, da Carta Maior.

A despesa da Câmara Municipal, de acordo com os dados populacionais do município, não poderá ultrapassar percentuais relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas nos § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior. Neste aspecto, o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal (R\$ 1.463.501,66) está abaixo do limite máximo permitido (R\$ 1.916.298,44), em acordo com o mandamento constitucional.

6. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Após a análise do Relatório e o Parecer Conclusivo do Controle Interno, exigidos no §2º do art. 82 da Lei Complementar Estadual 621/2012, no §4º do art. 135 do Regimento Interno do TCEES e na IN 68/2020, observou-se que o órgão controlador opinou pela regularidade das contas.

7. MONITORAMENTO

Registra-se que não há item a ser monitorado no referido exercício.

8. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO GESTÃO FISCAL (RGF)

De acordo com o Sistema CidadES, constatou-se a divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dentro dos prazos do art. 54, *caput*, e o art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar 101/2000.²

Cabe salientar que as informações contidas nos demonstrativos contábeis devem se pautar segundo alguns critérios essenciais, em observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, dentre os quais destacamos confiabilidade, fidedignidade, verificabilidade e visibilidade, conforme texto da Resolução CFC nº 1.132/08, a saber:

*RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.132/08 Aprova a NBC T 16.5 —
Registro Contábil FORMALIDADES DO REGISTRO
CONTÁBIL*

[...]

4. São características do registro e da informação contábil no setor público, devendo observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público.

[...]

(c) Confiabilidade – o registro e a informação contábil devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão.

(d) Fidedignidade – os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem.

[...]

² Art. 54. **Ao final de cada quadrimestre** será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo: [...]

(l) Verificabilidade – os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem possibilitar o reconhecimento das suas respectivas validades.

(m) Visibilidade – os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão e a situação patrimonial do setor público.

Considerando que não houve divergências, é possível afirmar que os demonstrativos contábeis, bem como os dados que serviram de base para a sua consecução, estão de acordo com os critérios descritos no fragmento acima.

Ante todo o exposto, acompanhando o opinamento da Área Técnica e do Ministério Público de Contas, VOTO para que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Relator

1. ACÓRDÃO TC- 362/2023-1

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1 Julgar **REGULAR** a prestação de contas anual da Câmara Municipal de Marilândia, referente ao exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do Sr. Douglas Badiani, nos termos do inciso I, do artigo 84, da Lei Complementar 621/2012, dando **quitação** aos responsáveis, nos termos do art. 85, do mesmo diploma legal;

1.2 Dar ciência aos interessados;

1.3 Após os trâmites regimentais, **arquivar** os autos.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 28/04/2023 - 13ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente) Domingos Augusto Taufner (relator) e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Relator

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUCIANO VIEIRA

Em substituição ao procurador-geral

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

Subsecretária das Sessões